

# Opção pela área social privilegia educação, saúde e reforma agrária

BRASÍLIA — A destinação maciça de recursos para a área social é a principal característica da proposta orçamentária para 86, encaminhada ontem pelo Presidente José Sarney ao Congresso Nacional. Foram destinados Cr\$ 28 trilhões para aplicações na educação (13 por cento de toda a receita líquida da União), enquanto as verbas para a saúde registraram um crescimento real (acima da inflação) de 50,7 por cento e as dotações para habitações urbanas, controle da poluição e defesa contra as inundações uma elevação real de 432 por cento. Os recursos destinados à reforma agrária crescerão 328 por cento.

Em sua mensagem ao Congresso, o Presidente da República diz que o novo orçamento reflete "as diretrizes e prioridades fundamentadas nos princípios básicos que norteiam a Nova República: a independência, a liberdade, a soberania, o desenvolvimento, a opção pelo social e a identidade cultural".

Sarney enumera as razões que o levaram a optar pela prioridade social afirmando que "a recessão, ociosidade de recursos e redução na renda, são problemas que, somados aos de natureza social nas áreas de educação, habitação, transporte e segurança pública, de elevados índices de mortalidade infantil, doenças transmissíveis, desnutrição, analfabetismo e desemprego, estão a nos desafiar, requerendo medidas firmes e urgentes".

O compromisso com a prioridade social materializa-se mediante a destinação preferencial de recursos", diz o Presidente Sarney. A mensagem informa que os recursos destinados ao ensino regular de primeiro e segundo graus, para o livro didático, para a formação profissional nos setores primário e secundário e para a educação pré-escolar terão crescimento acima da inflação, no próximo ano, de 54,1 por cento.

As verbas destinadas ao Ministério da Educação só foram inferiores àquelas atribuídas ao Ministério dos Transportes. A educação ficou com Cr\$ 38,7 trilhões (aí incluídas as despesas com pessoal e encargos sociais e as despesas de custeio para a manutenção da máquina administrativa). Os transportes ficaram com Cr\$ 67,4 trilhões.

Os recursos para as ações de saúde tiveram um incremento real de 50,7 por cento em relação ao exercício de 85, destacando-se o saneamento básico no meio rural e os seguintes subprogramas: controle de doenças transmissíveis, produção de profiláticos e terapêuticos, alimentação e nutrição e saúde materno-infantil. O Ministério da Saúde ficou com a quinta dotação do orçamento, com recursos de Cr\$ 12,3 trilhões (incluindo gastos com pessoal e encargos sociais e custeio da administração).

As dotações para habitações urbanas, controle da poluição e defesa contra as inundações vão apresentar um crescimento real de 432 por cento em relação a 85. O Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente foi contemplado com Cr\$ 1,6 trilhão.

A recuperação da malha rodoviária apresentará um crescimento real de 92 por cento em termos de recursos do Tesouro. Para a melhoria do sistema de transportes urbanos e suburbanos nas áreas metropolitanas mais densamente habitadas, os investimentos apresentarão aumento real de 31,7 por cento.

As despesas com pessoal e encargos sociais foram fixadas em Cr\$ 96,9 trilhões. O Governo informa que não haverá aumento da força de trabalho na administração central e prevê que os reajustes salariais dos funcionários públicos serão feitos com base unicamente nas variações do custo de vida, medidas pelo INPC. Não haverá, portanto, aumento de salários acima do INPC.

As amortizações e os encargos da dívida pública (interna e externa) elevam-se a Cr\$ 202,3 trilhões, dos quais Cr\$ 42,4 trilhões para amortização do principal e Cr\$ 159,9 trilhões para o pagamento dos juros. O volume necessário para honrar os compromissos com a dívida representa mais de 32 por cento do total da despesa orçamentária.